

BANCO FINAXIS S.A.

CNPJ/MF nº 03.317.692/0001-94

Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração - Exercício 2021

1. Introdução: Apresentamos a seguir o Relatório da Administração do Banco Finaxis S/A referente ao exercício de 2021, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil. **2. Resultados Relevantes: 2.1 Geração de receita:** No exercício de 2021 as receitas operacionais do Banco Finaxis somaram R\$ 44.906 mil, apresentando uma redução de 12% em relação ao mesmo período de 2020, e no prudencial somaram R\$ 60.913 mil, apresentando também uma redução de 7,8%, com relação ao mesmo período do ano anterior. **2.2 Os resultados no período:** O Banco Finaxis obteve no 2º semestre um lucro de R\$ 1.415 mil, representando um aumento de R\$ 1.237 mil com relação ao mesmo período do ano anterior. Para o exercício de 2021 o lucro foi de R\$ 1.535 mil, o que representa uma redução de R\$ 1.136

mil com relação ao mesmo período 2020. A redução nas receitas foram reflexo da pandemia da Covid-19. **3. Contexto e Perspectivas:** A inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 em 10,06%. Após uma mínima histórica na taxa básica de juros Selic em 2020, houve incrementos anuais até finalizar o ano com uma taxa de 9,25%, muito influenciado pelos efeitos inflacionários. O PIB cresceu 4,6% em 2021, o que representou uma reversão em relação à queda de 3,9% em 2020. A vacinação teve evolução relevante em 2021, concluindo o ano com 143 milhões de pessoas vacinadas com as duas doses. Isso representou 80% da população alvo (177 milhões) com vacinação completa. Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 04 de março de 2022, a expectativa

para o Produto Interno Bruto (PIB) é de 0,42% e as projeções para inflação são de 5,66%. Em relação à taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, a previsão é de 12,25 ao final do ano. A projeção para o dólar é de R\$ 5,40. O incremento na taxa de juros, assim como as tensões existentes na Ucrânia, pode provocar a um influxo de dólares na economia, favorecendo o mercado de fundos de investimento. Além disso, o incremento na taxa de juros também pode estimular a migração de produtos de renda variável para renda fixa. Este aumento na taxa de juros impacta o negócio de serviços fiduciários de fundos, pois torna mais competitiva a captação de investidores. O Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs, entendendo que é fundamental manter a aceleração no ritmo de investimentos em tecnologia.

Balanços Patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo circulante		41.788	68.340	56.067	85.189
Disponibilidades	4	17	14	24	62
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	32.189	41.153	43.509	56.242
Operação compromissada		32.189	41.153	43.509	56.242
Títulos e valores mobiliários	6	—	16.583	—	16.583
Carteira própria		—	16.583	—	16.583
Relações Interfinanceiras	7	721	566	721	566
Créditos vinculados		721	566	721	566
Outros créditos		8.351	9.594	11.258	11.269
Rendas a receber	8	5.329	6.449	7.328	7.462
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.016)	(1.621)	(2.835)	(2.000)
Créditos tributários		574	715	2.077	1.493
Diversos	9	4.464	4.051	4.688	4.314
Outros valores e bens		510	430	555	467
Outros valores e bens		3	3	3	3
Despesas antecipadas		507	427	552	464
Ativo realizável a longo prazo		15.414	2.990	17.463	3.120
Títulos e valores mobiliários	6	14.461	2.053	14.461	2.053
Carteira própria		14.461	2.053	14.461	2.053
Outros créditos		953	937	3.002	1.067
Créditos tributários		785	461	884	537
Diversos	9	168	476	2.118	530
Permanente		11.328	11.560	1.215	1.740
Investimentos		10.193	9.927	—	—
Participações em coligadas e controladas	10	10.193	9.927	—	—
Imobilizado de uso		640	903	720	1.010
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)	11	3.940	3.940	4.177	4.177
Intangível		(3.300)	(3.037)	(3.457)	(3.167)
Ativos intangíveis (Amortizações acumuladas)		495	730	495	730
Ativos intangíveis (Amortizações acumuladas)	12	2.089	2.055	2.091	2.057
		(1.594)	(1.325)	(1.596)	(1.327)
Total		68.530	82.890	74.745	90.049

Passivo e patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	Notas	2021	2020	2021	2020
Passivo circulante		36.412	52.237	39.188	57.420
Depósitos		31.605	47.072	31.605	47.069
Depósitos à vista	13	31.605	47.072	31.605	47.069
Outras obrigações		4.807	5.165	7.583	10.351
Sociais e estatutárias		595	702	684	702
Fiscais e previdenciárias	15	882	745	1.804	4.245
Negociação de intermediação de valores	14	—	—	—	55
Diversas	16	3.330	3.718	5.095	5.349
Exigível a longo prazo		5.475	5.201	8.914	7.177
Outras obrigações		5.475	5.201	8.914	7.177
Diversas	16	5.475	5.201	8.914	7.177
Patrimônio líquido		26.643	25.452	26.643	25.452
Capital de domiciliados no país	17	17.956	17.956	17.956	17.956
Reservas de capital		—	—	—	—
Reservas legal		1.095	1.018	1.095	1.018
Reservas de lucros		7.561	6.487	7.561	6.487
Ajustes a valor de mercado - TVM e derivativos	31	(9)	(9)	31	(9)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: O Banco Finaxis S.A. (Banco), é uma sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, com sede em Curitiba - PR na Rua Pasteur, 463 - Batel. O Banco é controlado pela Holding Finaxis S.A. (99,25%) e em conjunto com sua subsidiária Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CTVM) formam juntos o conglomerado Financeiro Finaxis. O Banco Finaxis opera como Banco comercial e atua no mercado financeiro principalmente com a prestação de serviços de administração, custódia, controladoria, contabilidade e estruturação de fundos e negociações de operações de créditos. A Finaxis Corretora tem por objeto social, entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), Conselho Monetário Nacional (CMN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisadas a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado) incluem as demonstrações contábeis individuais do Banco e integralmente da controlada, conforme apresentado a seguir:

Empresa	Atividade	2021	2020
Participação direta no capital			
Finaxis - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Instituição financeira	100%	100%

Durante o processo de consolidação, os saldos de transações entre empresas foram eliminados integralmente, respeitando o período de participação pela controladora. As práticas adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pela subsidiária integral foram uniformemente aplicadas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo Bacen. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen: **a)** Pronunciamento conceitual básico (R1) "Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro", homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; **b)** CPC 01 "Redução ao valor recuperável de ativos", homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008; **c)** CPC 02 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis", regulamentada pelo Bacen através da resolução 4.524/2016; **d)** CPC 03 "Demonstrações do fluxo de caixa", homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; **e)** CPC 04 "Ativo Intangível", homologado pela Resolução 4.534/2016 do Bacen; **f)** CPC 05 "Divulgação de partes relacionadas", homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; **g)** CPC 10 "Pagamento baseado em ações", homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; **h)** CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011; **i)** CPC 24 "Contabilização e divulgação de eventos subsequentes", homologado pela Resolução nº 3.973/2011; **j)** CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; **k)** CPC 27 "Ativo imobilizado", homologado pelo Bacen, através da Resolução nº 4.535/2016; **l)** CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados", homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; **m)** CPC 41 "Resultado por ação", homologada pela Resolução CMN nº 3.959/2020; **n)** CPC 46 "Mensuração ao valor justo", homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2021. Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações contábeis são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de título com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros. **c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular Bacen nº 3.068/2001, foram classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", que são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. **d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. **e) Investimentos:** Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. **f) Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **g) Intangível:** O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o Banco irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos. **h) Redução ao valor recuperável de ativo:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **i) Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporariamente indutíveis às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos e análises realizadas pela Administração. **j) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular Bacen nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25. **k) Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **l) Provisões para riscos:** São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. **m) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen. **n) Passivo circulante e exigível a longo prazo (não circulantes):** Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **o) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu o R\$ 240 no ano. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro líquido antes do Imposto de Renda, à alíquota de 25% até 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir 2022. **p) Apuração do resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. A realização dos sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata dia". **q) Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **r) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD:** O Conglomerado Financeiro Finaxis elaborou uma política própria de PDD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão vai de 10% (3 meses de atraso) a 100% (12 meses de atraso).

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Reserva de Lucros		Lucros		
	Capital Social	Ajustes de Valor Patrimonial	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.956	(2)	885	9.152	—	27.991
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	2.671	2.671
Destinação do lucro:						
Dividendos	—	—	—	(4.535)	—	(4.535)
Dividendos a pagar	—	—	—	—	(668)	(668)
Reserva legal	—	—	133	—	(133)	—
Reserva de lucros	—	—	—	1.870	(1.870)	—
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	(7)	—	—	—	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.956	(9)	1.018	6.487	—	25.452
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.535	1.535
Destinação do lucro:						
Dividendos a pagar	—	—	—	—	(384)	(384)
Reserva legal	—	—	77	—	(77)	—
Reserva de lucros	—	—	—	1.074	(1.074)	—
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	40	—	—	—	40
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.956	31	1.095	7.561	—	26.643
Mutações do exercício	—	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de junho de 2021	17.956	(9)	1.018	6.487	120	25.572
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	1.415	1.415
Destinação do lucro:						
Dividendos	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	77	—	(77)	—
Reserva de lucros	—	—	—	1.074	(1.074)	—
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	40	—	—	—	40
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.956	31	1.095	7.561	—	26.643

Demonstrações do Resultado		Controladora			Consolidado		
	Notas	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		1.126	1.789	1.237	1.542	2.359	1.598
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		660	1.110	736	1.076	1.680	1.097
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		466	679	501	466	679	501
Despesas da intermediação financeira		(14)	(39)	(37)	(14)	(39)	(37)
Operações de captação no mercado		(14)	(39)	(37)	(14)	(39)	(37)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.112	1.750	1.200	1.528	2.320	1.561
Outras receitas/(despesas) operacionais		711	163	2.179	(208)	(276)	3.326
Receitas de prestação de serviços	19	20.672	41.280	46.990	28.145	55.485	60.861
Despesas de pessoal	20	(10.395)	(20.742)	(23.011)	(13.871)	(27.010)	(28.478)
Outras despesas administrativas	21	(8.507)	(17.127)	(19.005)	(12.046)	(22.468)	(22.166)
Despesas tributárias		(2.113)	(4.205)	(4.739)	(2.688)	(5.294)	(5.794)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(403)	355	2.744	—	—	—
Outras receitas operacionais		1.529	1.567	570	1.753	1.796	805
Outras despesas operacionais		(72)	(965)	(1.370)	(1.501)	(2.785)	(1.902)
Resultado operacional		1.823	1.913	3.379	1.320	2.044	4.887
Resultado não operacional		1	1	40	1	3	40
Resultado antes da tributação sobre o resultado		1.824	1.914	3.419	1.321	2.047	4.927
Imposto de renda e contribuição social	22	(190)	(149)	(341)	313	(282)	(1.849)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(249)	(331)	(416)	(464)	(1.212)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		59	182	75	777	930	58
Participações no lucro - empregados		(219)	(230)	(407)	(219)	(230)	(407)
Lucro do semestre/exercício		1.415	1.535	2.671	1.415	1.535	2.671
Nº de ações		17.955.577	17.955.577	17.955.577	17.955.577	17.955.577	17.955.577
Lucro líquido por ação (em R\$)		0,08	0,09	0,15	0,08	0,09	0,15

Demonstrações do resultado abrangente		Banco</		
---------------------------------------	--	---------	--	--

☆ continuação

4. Caixa e equivalentes de caixa: Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades	17	14	24	62
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota nº 5)	32.189	41.153	43.509	56.242
Total	32.206	41.167	43.533	56.304

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	De 03 meses a meses 01 ano	De 03 meses a meses 01 ano	De 03 meses a meses 01 ano	De 03 meses a meses 01 ano
Operações compromissadas (*)	32.189	–	32.189	41.153
Total	32.189	–	32.189	41.153

Operações compromissadas (*)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações compromissadas (*)	43.509	–	43.509	56.242
Total	43.509	–	43.509	56.242

(*) São representadas por aplicações no mercado aberto, lastreadas por títulos públicos federais com prazos de vencimento de um dia útil. Estas operações não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza.

Títulos disponíveis para venda	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento e até 01 ano	–	–	–	–
Após 01 ano	14.461	14.461	14.461	14.461
Valor de Ajustes de Mercado	(20)	(20)	(20)	(20)
Valor de Ajustes de Mercado	18.636	18.636	18.636	18.636
Total	14.461	14.461	14.461	14.461

Títulos disponíveis para venda	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento e até 01 ano	–	–	–	–
Após 01 ano	14.461	14.461	14.461	14.461
Valor de Ajustes de Mercado	(20)	(20)	(20)	(20)
Valor de Ajustes de Mercado	18.636	18.636	18.636	18.636
Total	14.461	14.461	14.461	14.461

(a) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

7. Relações interfinanceiras - créditos vinculados: O Banco Finaxis mantém junto ao Banco Central o montante de R\$ 721 (R\$ 566 em 2020), referente ao recolhimento compulsório de microcrédito. **8. Outros créditos - rendas a receber:** No Banco, refere-se basicamente aos valores a receber de estruturação de fundos, serviços de custódia e de administração de fundos, além da prestação de serviços de controladoria e contabilidade para fundos de investimentos administrados no montante líquido de R\$ 3.313 (R\$ 4.828 em 2020). De acordo com a Política de PDD implementada em dezembro de 2018, o montante provisionado em dezembro de 2021 é de R\$ 2.016 (R\$ 1.621 em 2020). No consolidado, inclui valores a receber de serviço de estruturação de fundos, distribuição de cotas, taxa de administração dos clubes e fundos de investimentos e das carteiras de clientes administrados pela Corretora, no montante líquido de R\$ 4.582 (R\$ 6.148 em 2020). De acordo com a Política de PDD implementada em dezembro de 2018, o montante provisório em dezembro de 2021 é de R\$ 2.835 (R\$ 2.000 em 2020).

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Dividendos a receber	89	686	–	–
Administração de fundos	514	627	2.479	2.245
Custódia de valores	2.667	3.160	2.667	3.160
Controladoria e contabilidade de fundos de investimentos	1.260	1.298	1.260	1.298
Distribuição de cotas	–	–	81	61
Estruturação de fundos de investimentos	–	–	42	20
Outras	799	678	799	678
PDD	(2.016)	(1.621)	(2.835)	(2.000)
Total	3.313	4.828	4.493	5.462

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Atraso de 90 a 179 dias	822	167	1.058	256
Atraso de 180 a 269	327	168	424	211
Atraso de 270 a 359 dias	94	241	165	304
Atraso acima de 360 dias	773	1.045	1.188	1.229
Total	2.016	1.621	2.835	2.000

9. Outros créditos - diversos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros créditos diversos - circulante	–	–	–	–
Adiantamentos e antecipações salariais	13	16	13	19
Créditos tributários (Nota 22c)	574	715	2.961	1.493
Impostos e contribuições a compensar	474	699	536	699
Pagamentos a ressarcir (a)	3.192	3.336	3.255	3.596
Total	5.038	4.766	6.765	5.807

Outros créditos diversos - longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos tributários (Nota 22c)	785	461	–	537
Depósitos judiciais	953	476	3.002	530
Total	953	937	3.002	1.067

(a) Refere-se basicamente aos valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco e a Corretora pagaram e depois solicitaram reembolsos aos fundos e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações. **10. Investimentos:** O saldo de investimento do Banco é composto pela participação na Finaxis Corretora, conforme quadro a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Informações sobre a controlada:	–	–	–	–
Número de ações de capital	5.930	5.930	5.930	5.930
Patrimônio líquido	10.193	9.927	10.193	9.927
Capital social	5.930	5.930	5.930	5.930
Reserva de lucro	4.263	3.997	4.263	3.997
Informações sobre o investimento na controlada	5.930	5.930	5.930	5.930
Número de ações possuídas	5.930	5.930	5.930	5.930
Percentual de participação (%)	100	100	100	100
Movimentação dos investimentos no exercício	9.927	10.438	355	2.744
Saldo inicial	9.927	10.438	355	2.744
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–	–
Recebimento de dividendos	–	–	–	–
Provisão recebimento de dividendos	(89)	(686)	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–
Saldo final	10.193	9.927	10.193	9.927

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis da controlada:

	2021		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controlada	–	–	–
Finaxis CTVM	16.497	6.304	10.193

	2020		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controlada	–	–	–
Finaxis CTVM	17.775	7.848	9.927

11. Imobilizado:

	Controladora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Taxa de depreciação	10%	537	(428)	109
Valor residual	–	–	–	–
Móveis e equipamentos	20%	2.461	(1.942)	519
Equipamentos de processamento de dados	20%	114	(104)	10
Equipamentos de comunicação	10%	22	(20)	2
Equipamentos de segurança	–	–	–	–
Beneficiários em Imóveis terceiros	10%	806	(806)	–
Total	3.940	(3.300)	640	903

	Controladora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Taxa de depreciação	10%	663	(511)	152
Valor residual	–	–	–	–
Móveis e equipamentos	20%	2.511	(1.959)	552
Equipamentos de processamento de dados	20%	133	(123)	10
Equipamentos de comunicação	10%	24	(21)	3
Equipamentos de segurança	–	–	–	–
Beneficiários em Imóveis terceiros	10%	846	(843)	3
Total	4.177	(3.457)	720	1.010

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Móveis e equipamentos	–	–	–	–
Equipamentos de processamento de dados	–	–	–	–
Equipamentos de comunicação	–	–	–	–
Equipamentos de segurança	–	–	–	–
Beneficiários em Imóveis terceiros	–	–	–	–
Total	–	–	–	–

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
(=) Saldo inicial em 31 de dezembro	903	615	1.010	699
(+) Aquisições	–	–	–	–
(-) Baixas	–	–	–	–
(-) Depreciações	(263)	(279)	(290)	(305)
(=) Saldo final	640	903	720	1.010

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A.

12. Intangível:

	Controladora			
	2021		2020	
Taxa de amortização	20%	2.089	(1.594)	495
Valor residual	–	–	–	–
Valor residual	–	–	–	–
Total	2.089	(1.594)	495	730
Software	–	–	–	–
Total	2.089	(1.594)	495	730

13. Depósitos à vista:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoas físicas	1	3.860	1	3.860
Pessoas jurídicas - ligadas	454	486	454	483
Pessoas jurídicas - não ligadas	22.523	22.980	22.523	22.980
Pessoas jurídicas - dep. vinculados	8.627	19.746	8.627	19.746
Total	31.605	47.072	31.605	47.069

14. Outras obrigações - negociação e intermediação de valores: Refere-se basicamente aos saldos das operações, por conta de clientes, pendentes de liquidação, classificados nas seguintes categorias: pessoas físicas e jurídicas, instituições de mercado, diretores, sócios e acionistas e sociedades ligadas, não havia saldo em 2021. No consolidado o montante de não havia saldo em 2021 (R\$ 55 em 2020) para o passivo. **15. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	–	–	110	715
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	41	62	68	67
Impostos e contribuições sobre salários PIS e COFINS	280	318	398	385
ISS a recolher	184	167	248	220
Contribuição ao FGC	182	176	213	201
Impostos retidos a recolher (a)	3	5	3	5
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	171	11	743	2.646
Total	882	745	1.804	4.245

(a) Representado por valores a recolher relativos à retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador. **16. Outras obrigações - diversas:**

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras obrigações diversas - circulante	–	–	–	–
Despesas de pessoal a pagar	818	710	969	867
Outras despesas administrativas (a)	479	870	829	1.125
Créditos diversos - Pais (b)	2.033	2.138	3.386	3.357
Total	3.330	3.718	5.184	5.349

Outras obrigações diversas - longo prazo

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Passivos contingentes (c)	5.475	5.201	8.914	7.177
Total	5.475	5.201	8.914	7.177

(a) Representado substancialmente por valores referente a multas à CVM; (b) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A.; (c) Em 31 de dezembro de 2021, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 5.475, representadas por processos: a) trabalhistas que somam 2.049 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e b) administrativos que somam R\$ 3.426 (processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Instituição). No consolidado perdas prováveis são no valor de R\$ 8.914, representadas por processos: i) trabalhistas que somam R\$ 4.099; e ii) administrativos que somam R\$ 4.815. A seguir, composição das provisões para contingências por natureza:

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ações trabalhistas	2.049	1.900	4.099	3.876
Ações administrativas	3.426	3.301	4.815	3.301
Total	5.475	5.201	8.914	7.177

(=) Saldo inicial em 31/12/2020

	Banco		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
(+) Constituições	297	3.307	1.775	3.504
(-) Baixas	(23)	(395)	(38)	(669)
(=) Saldo final	5.475	5.201	8.914	7.177

Perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2021, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 72 (em 2020 - R\$ 110), representadas por processos: a) trabalhistas que somam R\$ 50 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e b) administrativo que somam 22 que neste momento não afeta representativamente o resultado e as operações da Instituição. **17. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social está representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. **b) Reserva de lucros:**

→☆ continuação

Mais informações sobre a estrutura de Riscos e Capital podem ser encontradas no Relatório de Pilar 3 localizado nos sítios: • Do Banco Finaxis S.A.: <https://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>; e • Da Finaxis CTVM S.A.: <https://corretora.finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>. Abaixo segue descrição sucinta da estrutura de riscos e capital. **a) Gestão de capital:** A gestão de capital está ligada à gestão dos riscos da instituição, sendo essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Finaxis. Gestão de capital é um processo contínuo de avaliação, monitoramento, controle do capital frente aos riscos incorridos pela instituição e o planejamento de metas e de necessidade de capital considerando as estratégias adotadas. O Finaxis mantém um nível adequado de capital em face aos seus ativos e passivos para a efetiva gestão do capital. Isso é feito através de um processo compatível e consistente com a gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e outros riscos relevantes, bem como com suas metas orçamentárias. A área de riscos e capital é responsável pelas atividades relacionadas ao Gerenciamento do Capital, permitindo a segregação de funções e adequando suas atividades à complexidade e as características das operações do Finaxis. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez relaciona-se com a incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações. Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações de preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas. Atualmente o Finaxis atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação a risco de mercado. A carteira do Finaxis possui somente títulos de não negociação ("banking"). **d) Risco de crédito:** Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A.

não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito do Finaxis é, atualmente, considerado imaterial devido à atividade desenvolvida por este. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e aquisição de títulos e valores mobiliários. **e) Risco Operacional:** Risco Operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos e externos, conforme Resolução do CMN 4.557/2017. O gerenciamento do risco operacional é essencial para o bom desenvolvimento dos negócios do Finaxis. O Finaxis possui políticas e procedimentos para identificação, classificação, avaliação, controle, monitoramento e tratamento dos riscos e a área de Riscos e Capital tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de risco eficaz, através da utilização das informações da base de perdas reduzindo assim perdas operacionais e melhorando os controles. O Finaxis adotou a abordagem do Indicador Básico para apurar capital requerido de risco operacional, conforme estabelecido pela Circular 3.640/2013 do Banco Central do Brasil. **f) Limite operacional - Acordo da Basileia:** De acordo com as exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, o Finaxis gerencia o capital a fim de cumprir com os requerimentos mínimos exigidos. O Índice de Basileia tem o objetivo de garantir que as instituições financeiras tenham capital compatível com os riscos assumidos. As tabelas abaixo resumizam a composição do capital regulamentar e o Índice de Basileia.

	Dez-21	Dez-20
Patrimônio de referência	25.802	24.721
Nível I	25.802	24.721
Capital principal	25.802	24.721
Capital complementar	—	—

Diretoria		
Maria Claudia Beldi Diretora Presidente	Luis Locaspi Noemi da Silva	Diretores Executivos Reginaldo Lopes Rosa de Fátima da Costa Machado
		William Ken Iti Morishigue Xenia Sayuri Yamanaka

Relatório do Comitê de Auditoria

"O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Finaxis ("Finaxis") exerce a responsabilidade de revisar as demonstrações contábeis, zelando pela qualidade e integridade das informações, pelo cumprimento das exigências legais e normativas aplicáveis ao Finaxis, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Foi realizado comitê o qual teve a participação dos diretores aprovados pelo Banco Central do

Brasil como membros efetivos, bem como a participação dos demais diretores e dos gestores das áreas de Finanças, Compliance, Comercial, Monitoramento e Risco e os responsáveis pela auditoria externa e interna. Os procedimentos de controles internos atendem às necessidades do Finaxis, sendo compatíveis com o porte e complexidade dos negócios. • Destacamos a seguir os principais assuntos tratados no Comitê: • Aprovação das demonstrações contábeis; • Análise de receitas e despesas do semestre; • Relatório semestral da ouvidoria; e • Canal de

denúncia. O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, aprova as demonstrações contábeis referentes a data-base de 31 de dezembro de 2021 e conclui que as mesmas atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração e no relatório do comitê de Auditoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada

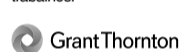
	Dez-21	Dez-20
Nível II	—	—
RWA (ativos ponderados pelo risco)	139.614	142.241
Crédito - RWACPAD	16.355	17.107
Mercado - RWAMPAD	—	—
Operacional - RWAOPAD	123.258	125.134
Valores em milhares - R\$		
Índice de Basileia	18,48%	17,38%

25. Efeitos da Pandemia - Covid-19: O Banco Finaxis, em razão do grave cenário da pandemia provocado pela Covid-19, que trouxe diversos reflexos adversos na vida das pessoas e na economia mundial, permanece contribuindo ativamente para apoiar seus clientes, funcionários e fornecedores, e intensificando seu compromisso com a sociedade. Apesar desse cenário adverso, alguns aprendizados foram incorporados em nossas operações, por exemplo, a forma de nos relacionarmos com nossos clientes, fornecedores e a intensificação do home office na Organização. É importante ressaltar que nossas ações têm sempre levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde. O Comitê de Crise do Finaxis, formado pela Presidente e Diretores, permanece reunindo-se periodicamente, acerca das avaliações sobre a evolução da Covid-19 e seus reflexos em nossas operações. O Banco Finaxis não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, continuando operando normalmente. No segundo semestre houve redução das receitas, em virtude dos efeitos da pandemia da Covid-19. Adicionalmente, até o presente momento não identificamos crescimento expressivo em termos de inadimplência por parte de nossos clientes, estando o PDD em linha com as nossas regras de provisionamento. **26. Eventos subsequentes:** Em atendimento ao CPC 24 e a Resolução CMN 3.973/2011 - contabilização e divulgação de eventos subsequentes, a administração informa que até esta data de emissão das demonstrações contábeis, não houve ocorrência de eventos que afetem significativamente as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Contador	
Danilo Cerignoni Bonamin CRC SP 189251/O-7	

Aos Administradores e Acionistas do Banco Finaxis S.A. - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Finaxis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Finaxis S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Finaxis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a posição patrimonial e financeira do Banco Finaxis S.A. e suas controladas, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o relatório do Comitê de Auditoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e relatório do Comitê de Auditoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e relatório do Comitê de Auditoria e, ao fazê-lo,

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022

Grant Thornton
Audidores Independentes
 CRC 2SP-025.583/O-1
Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
 CT CRC 1SP-260.164/O-4

ATAS - EDITAIS - BALANÇOS - SÚMULAS
 CONCORRÊNCIAS - TOMADAS DE PREÇOS
 AVISOS - COMUNICADOS E ANÚNCIOS.



Publicidade
 legal é
 coisa séria!

Consulte nossa equipe
 de Publicidade Legal:

Ligue 41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

ou pl@induscom.com.br

HOLDING FINAXIS S.A.

CNPJ/MF nº 09.492.128/0001-94

Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando é indicado de outra forma)

Relatório da Administração - Exercício de 2021

1. Introdução: Apresentamos a seguir o Relatório da Administração da Holding Finaxis referente ao exercício de 2021. **2. Resultados Relevantes:** **2.1 Os resultados no período:** A Holding Finaxis S.A. apresentou lucro de R\$ 1.550 mil no exercício de 2021 (lucro de R\$ 2.650 mil em 2020). O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 25,8 milhões no final deste exercício (R\$ 26,1 milhões em 2020). **Contexto e Perspectivas:** A inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 em 10,06%. Após uma mínima histórica na taxa básica de

juros Selic em 2020, houve incrementos anuais até finalizar o ano com uma taxa de 9,25%, muito influenciado pelos efeitos inflacionários. O PIB cresceu 4,6% em 2021, o que representou uma reversão em relação à queda de 3,9% em 2020. A vacinação teve evolução relevante em 2021, concluindo o ano com 143 milhões de pessoas vacinadas com as duas doses. Isso representou 80% da população alvo (177 milhões) com vacinação completa. Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 04 de março de 2022, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) é de 0,42% e as projeções para inflação são de 5,66%. Em relação à taxa básica de juros da economia

brasileira, a Selic, a previsão é de 12,25 ao final do ano. A projeção para o dólar é de R\$ 5,40. O incremento na taxa de juros, assim como as tensões existentes na Ucrânia, pode provocar a um influxo de dólares na economia, favorecendo o mercado de fundos de investimento. Além disso, o incremento na taxa de juros também pode estimular a migração de produtos de renda variável para renda fixa. Este aumento na taxa de juros impacta o negócio de serviços fiduciários de fundos, pois torna mais competitiva a captação de investidores. O Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs, entendendo que é fundamental manter a aceleração no ritmo de investimentos em tecnologia.

Ativo	Notas	Individual		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo circulante		3.184	3.579	58.507	88.309
Disponibilidades	4	455	488	27	68
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	—	—	43.509	56.242
Operação compromissada	—	—	—	43.509	56.242
Títulos e valores mobiliários	8	—	—	—	16.583
Carteira própria	—	—	—	—	16.583
Relações Interfinanceiras	6	—	—	721	566
Créditos vinculados	—	—	—	721	566
Outros créditos	7	2.523	2.954	13.489	14.246
Rendas a receber	—	—	—	7.417	8.148
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	—	(2.835)	(2.000)
Dividendos a receber	381	663	—	—	—
Créditos tributários	—	—	—	2.077	1.493
Diversos	2.142	2.291	6.830	6.605	6.605
Outros valores e bens	7	206	137	761	604
Outros valores e bens	—	—	—	3	3
Despesas antecipadas	206	137	758	601	601
Ativo realizável a longo prazo		220	246	17.683	3.366
Títulos e valores mobiliários	8	146	140	14.607	2.193
Carteira própria	—	—	—	—	—
Outros créditos	—	—	—	3.076	1.173
Créditos tributários	—	—	—	884	537
Diversos	7	74	106	2.192	636
Permanente		26.501	25.302	1.243	1.782
Investimentos	—	—	—	—	—
Participações em coligadas e controladas	9	26.473	25.260	—	—
Imobilizado de uso	28	42	748	1.052	—
Outras imobilizações de uso	107	107	4.284	4.284	—
(Depreciações acumuladas)	(79)	(65)	(3.536)	(3.232)	—
Intangível	—	—	—	495	730
Ativos intangíveis	6	6	2.097	2.063	—
(Amortizações acumuladas)	(6)	(6)	(1.602)	(1.333)	—
Total		29.905	29.127	77.433	93.457

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Individual		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo circulante		2.077	2.328	40.523	59.268
Depósitos	—	—	—	31.153	46.587
Depósitos à vista	10	—	—	31.153	46.587
Outras obrigações		2.077	2.328	9.370	12.681
Sociais e estatutárias	387	662	691	1.366	1.366
Fiscais e previdenciárias	467	479	2.271	4.724	—
Negociação de intermediação de valores	—	—	—	55	—
Diversas	1.223	1.187	6.407	6.536	—
Exigível a longo prazo		528	702	9.442	7.879
Outras obrigações		528	702	9.442	7.879
Diversas	528	702	9.442	7.879	—
Patrimônio líquido		27.300	26.097	27.300	26.097
Capital de domiciliados no país	18.119	18.119	18.119	18.119	—
Reservas legal	1.238	1.161	1.238	1.161	—
Reservas de lucros	7.904	6.818	7.904	6.818	—
Ajustes a valor de mercado - TVM e derivativos	39	(1)	39	(1)	—
Acionistas não controladores		—	—	169	213
Total		29.905	29.127	77.433	93.457

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reservas de lucros a realizar	Reserva legal	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.119	9.445	1.029	7	—	28.600
Distribuição de Dividendos	—	—	—	—	(663)	(663)
Ajuste a valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	—	—	(8)	—	(8)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	2.650	2.650
Reserva de Lucros	—	(2.627)	—	—	(1.855)	(4.482)
Reserva Legal 2020	—	—	132	—	(132)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.119	6.818	1.161	(1)	26.097	26.097
Distribuição de Dividendos	—	—	—	—	(387)	(387)
Ajuste a valor de mercado - títulos e valores mobiliários	—	—	—	40	—	40
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.550	1.550
Reserva de Lucros	—	1.085	—	—	(1.085)	—
Reserva Legal 2021	—	—	77	—	(77)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.119	7.903	1.238	39	1	27.300

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Holding Finaxis S.A. ("Holding") tem por objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Restruuturação Societária:** Em vista dos prejuízos obtidos nos anos de 2011 e 2012, no início de 2013 os acionistas acordaram em efetuar determinadas mudanças na gestão do grupo Petra (atual Finaxis), formado pela Holding, pela sua controlada Banco Finaxis S.A. (Banco), pela Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora ou CTVM) e pela Petra Asset Gestão de Investimentos Ltda. (Asset), e em reverter parcialmente os efeitos da Operação de Consolidação, de forma a balancear as participações acionárias na Holding, considerando o aporte realizado por acionista majoritário previamente à Operação de Consolidação. Nesse sentido, em 26 de abril de 2013, os acionistas celebraram o "Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", através do qual o acionista majoritário adquiriu dos acionistas minoritários um total de 3.863.490 ações de emissão da Holding, equivalentes a 13,2%, cuja aquisição foi aprovada através de decisão do Banco Central do Brasil, publicada no Diário Oficial nº 160, de 21.08.2015, Seção 3, página 77. Como resultado do Contrato de Compra e Venda de Ações, o referido acionista majoritário passou a deter o controle acionário direto da Holding e a ser controlador indireto do Banco Finaxis S.A. Em complemento à aquisição acima, durante o exercício de 2015, o acionista majoritário recebeu dos minoritários 3.536.648 ações de emissão da Holding, a título de dação em pagamento de obrigação de indenização assumida pelos mesmos no âmbito do Acordo de Indenização celebrado entre as partes em 26 de abril de 2013, passando, portanto, o acionista majoritário a deter aproximadamente 73% do capital social da Holding. Nesse sentido, determinadas medidas, como investimentos em tecnologia, compliance e em recursos humanos, vem sendo adotadas pelos Acionistas desde 2013, com resultados positivos, tendo o Banco Finaxis revertido os prejuízos dos exercícios anteriores e obtido lucro nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo pronunciamento Contábil - CPC 18. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e CFC. **2.2. Base de Preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros, mensurados a valor justo através do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos a valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **2.5. Base de preparação:** As demonstrações contábeis consolidadas (Consolidado) incluem as demonstrações contábeis individuais da Holding e integralmente da controlada, conforme apresentado a seguir:

Empresa	Atividade	2021	2020
Participação direta no capital			
Banco Finaxis S.A.	Instituição financeira	99,248%	99,248%

Durante o processo de consolidação, os saldos de transações entre empresas foram eliminados integralmente, respeitando o período de participação pela controladora. As práticas adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pela subsidiária integral foram uniformemente aplicadas. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional. Desta forma, a controlada (Banco Finaxis S.A.), na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** Pronunciamento conceitual básico (R1) "Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro", homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; **b)** CPC 01 "Redução ao valor recuperável de ativos", homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008; **c)** CPC 02 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis", regulamentada pelo BACEN através da resolução 4.524/2016; **d)** CPC 03 "Demonstrações do fluxo de caixa", homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; **e)** CPC 04 "Ativo Intangível", homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016 do BACEN; **f)** CPC 05 "Divulgação de partes relacionadas", homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009; **g)** CPC 10 "Pagamento baseado em ações", homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; **h)** CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011; **i)** CPC 24 "Contabilização e divulgação de eventos subsequentes", homologado pela Resolução nº 3.973/2011; **j)** CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009; **k)** CPC 27 "Ativo imobilizado, homologado pelo BACEN, através da Resolução CMN nº 4.535/2016; **l)** CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados", homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. **m)** CPC 46 "Mensuração ao valor justo", homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2020. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Holding é conforme segue: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para

investimento ou outros fins. **b) Instrumentos financeiros:** Ativos - Registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo classificados entre: **(a)** mantido para negociação, onde foi adquirido ou originado principalmente com a finalidade de venda ou recompra no curto prazo, sendo mensurado ao valor justo por meio do resultado; **(b)** mantido até o vencimento, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Holding tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento; **(c)** disponíveis para venda, que são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como mantido para negociação ou mantido até o vencimento; **(d)** contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como "Empréstimos e recebíveis". **c) Investimentos:** Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Holding tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações contábeis com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na nota 9. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Holding no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. As práticas contábeis adotadas pela controlada direta e indireta seguem as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **d) Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear levando em consideração a vida útil dos bens, mediante a aplicação das seguintes taxas anuais:

	Vida útil (Anos)
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Computadores e periféricos	5

e) Outros ativos e passivos: São registrados por seus valores de realização, ou de liquidação, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes, calculados até a data do balanço. **f) Apuração de Resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Foram considerados como caixa e equiva-lentes de caixa os seguintes montantes:

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Disponibilidades	455	488
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	—
Total	455	488

5. Partes Relacionadas: A Holding Finaxis tem como partes relacionadas o Banco Finaxis S.A. e a Finaxis CTVM S.A.

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Valores a receber - Contrato de Rateio	2.096	2.231
Valores a Pagar - Banco Finaxis	(1.618)	(1.726)
Valores a Pagar - CTVM	(478)	(505)

São representadas pelos valores relativos ao Contrato de Rateio entre a Holding, Banco e CTVM.

6. Relações Interfinanceiras:	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Créditos Vinculados	—	—	721	566	
Total Outros Créditos	—	—	721	566	
Créditos vinculados representam depósitos no Banco Central do Brasil relativos a compulsório de microcréditos.					
7. Outros Créditos e Outros valores e bens:	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Rendas a receber (a)	—	—	4.581	6.148	
Despesas Antecipadas	206	137	758	601	
Dividendos a receber	381	663	—	—	
Outros valores e bens	—	—	3	3	
Diversos	2.216	2.397	11.983	9.271	
Total Outros Créditos e Outros valores e bens	2.803	3.197	17.325	16.023	
(a) Representam os valores a receber dos serviços prestados pelo Banco Finaxis e Finaxis CTVM. 8. Títulos e valores mobiliários: Títulos disponíveis para venda: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de títulos e valores mobiliários estava assim representado:					
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Sem vencimento e até 1 ano	Após 1 ano	Valor de Mercado	Sem vencimento e até 1 ano	Após 1 ano	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro (a)	—	146	146	—	140
Total	—	146	146	—	140
		Consolidado		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Sem vencimento e até 1 ano	Após 1 ano	Valor de Mercado	Sem vencimento e até 1 ano	Após 1 ano	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	—	14.607	14.607	16.583	2.193
Total	—	14.607	14.607	16.583	2.193

9. Investimentos: Controladora 2021 2020

Informações sobre a controlada:

Número de ações de capital 17.956 17.956

Patrimônio líquido 26.642 25.452

Capital social 17.956 17.956

Ajuste a valor de mercado 30 (9)

Reservas de capital / Lucros 8.656 7.505

Demonstrações do resultado	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas da Intermediação financeira	6	4	2.365	1.602
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	—	—	1.680	1.097
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	4	685	505
Despesas de Intermediação financeira	—	—	(39)	(37)
Operações de captação no mercado	—	—	(39)	(37)
Resultado bruto da intermediação financeira	6	4	2.326	1.565
Receitas/(despesas) operacionais	1.544	2.646	(286)	3.319
Receitas de prestação de serviços	—	—	55.485	60.860
Despesas de pessoal	(14.269)	(12.935)	(41.279)	(41.413)
Outras despesas administrativas	(6.025)	(6.461)	(28.493)	(28.627)
Despesas tributárias	(71)	(94)	(5.365)	(5.887)
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.553	2.653	—	—
Outras receitas operacionais	20.372	19.651	22.168	20.456
Outras despesas operacionais	(16)	(168)	(2.801)	(2.070)
Resultado operacional	1.544	2.646	(286)	3.319
Resultado não operacional	—	—		

CEABS SERVIÇOS S.A.							Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
CNPJ nº 14.117.458/0001-30							31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)		
Relatório da Administração									
Balancos Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020	2021	2020
Senhores Acionistas , Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis consolidadas relativas ao exercício Fiscal de 2021, da CEABS Serviços S.A. ("CEABS" ou "Companhia"), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A CEABS tem por objetivo a exploração dos serviços de monitoramento eletrônico, rastreamento e localização de veículos, pessoas e objetos, serviços de informações de telemetria, logística e gerenciamento de frotas, a comercialização e a intermediação de equipamentos relacionados aos serviços de monitoramento eletrônico, rastreamento e localização. No exercício de 2021, a CEABS registrou Lucro Líquido de R\$ 17 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 68 milhões e Ativos Totais de R\$ 94 milhões. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.									
							Diretoria		
							Curitiba, PR, 17 de fevereiro de 2022		
Demonstrações do Resultado - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
		Nota	2021	2020					
Receita operacional líquida		19	110.437	135.887					
Custo dos serviços prestados		20	(69.392)	(92.663)					
Lucro bruto			41.045	43.224					
Receitas e Despesas operacionais, líquidas									
Despesa com vendas		20	(3.692)	(3.542)					
Despesas gerais e administrativas		20	(8.433)	(8.456)					
Outras receitas e despesas		21	(5.155)	(7.659)					
			(17.280)	(19.657)					
Lucro operacional antes do resultado financeiro			23.765	23.567					
Resultado financeiro									
Receitas financeiras		22	918	740					
Despesas financeiras		22	(424)	(1.212)					
Variações cambiais, líquidas		22	(14)	(27)					
			480	(499)					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			24.245	23.068					
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente			(6.077)	(8.047)					
Diferido		16	(448)	2.014					
			(6.525)	(6.033)					
			17.720	17.035					
Lucro líquido do exercício			17.720	17.035					
Lucro líquido básico e o diluído por ação - em reais		23	0,97	0,93					
Demonstrações do Resultado Abrangente									
31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)									
			2021	2020					
Lucro líquido do exercício			17.720	17.035					
Outros resultados abrangentes			-	-					
Resultado abrangente do exercício			17.720	17.035					
financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (a) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (b) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (c) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (d) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (e) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão impaired. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. 2.4. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As transações e os saldos das demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As transações com moedas estrangeiras são convertidas para reais "moeda funcional", utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de sua avaliação, na qual os itens são mensurados. As variações cambiais resultantes da liquidação dessas transações, bem como os ajustes efetuados nos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são reconhecidos em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. 2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes, faturado e a faturar, correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia e de sua controlada. O prazo médio de recebimento é inferior a um ano e dessa forma as contas a receber são classificadas no ativo circulante. O seu reconhecimento é normalmente efetuado pelo valor total da transação e ajustado pela perdas de crédito esperadas, se necessário. Para mensurar a perda de crédito esperada a companhia avalia os seguintes critérios: - A companhia utiliza sua experiência de perda de crédito histórica para contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses. - A matriz de provisões pode, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, por exemplo, 1% se não estiver vencida, 2% se estiver vencida há menos de 30 dias, 3% se estiver vencida há mais de 30 dias e menos de 90 dias. - Dependendo da diversidade da carteira de clientes, a companhia utiliza agrupamentos apropriados de sua experiência de perda de crédito histórica para indicar padrões de perda significativamente diferentes para diferentes segmentos de clientes. - Em algumas circunstâncias, a entidade não possui informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, para mensurar perdas de crédito esperadas com base em instrumento individual. Nesse caso, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas coletivamente. Sendo assim, adotamos o critério do reconhecimento da perda estimada com base na análise individual dos valores vencidos de cada cliente, considerando as condições contratuais/econômicas avaliando se o cliente está em processo de recuperação judicial, o histórico de pagamento ou os títulos vencidos a mais de 90 dias. 2.7. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:									
			2021	2020					
Caixa e equivalentes de caixa			25.484	20.064					
Contas a receber			20.788	22.521					
			46.272	42.585					
Fornecedores			5.281	5.603					
Adiantamento de clientes			89	302					
Dividendos a pagar			8.417	8.092					
			13.787	14.007					
2.3.1. Ativos e Passivo financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros recebíveis e instrumentos financeiros cotados e não cotados. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. b) Mensuração subsequente: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. 2.4.3 Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos									
e avaliação adequação da vida útil dos softwares. A vida útil pode ser alterada dependendo do tipo e característica dos softwares e sistemas sendo suportada por laudo técnico de engenheiros. Os efeitos desta alteração são tratados como mudanças de estimativas contábeis prospectivamente, sem efeito em anos anteriores. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis da Companhia estão representados substancialmente por licenças e desenvolvimentos de software e contrato de direito de reserva. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:									
			2021	2020					
Aquisição de imobilizado			(15.305)	(8.394)					
Alienação de ativo imobilizado			2.639	12.464					
Aquisição de intangível			(856)	(1.542)					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			47.880	41.129					
Fluxo de caixa das atividades de investimento									
Aquisição de imobilizado			(15.305)	(8.394)					
Alienação de ativo imobilizado			2.639	12.464					
Aquisição de intangível			(856)	(1.542)					
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			(13.522)	2.528					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos									
Empréstimos obtidos com partes relacionadas			-	(19.664)					
Amortização de financiamento e arrendamento			(915)	(736)					
Varição de contratos de arrendamento			69	563					
Pagamento de dividendos			(28.092)	(22.250)					
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos			(28.938)	(42.087)					
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			5.420	1.570					
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			20.064	18.494					
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			25.484	20.064					
e avaliação adequação da vida útil dos softwares. A vida útil pode ser alterada dependendo do tipo e característica dos softwares e sistemas sendo suportada por laudo técnico de engenheiros. Os efeitos desta alteração são tratados como mudanças de estimativas contábeis prospectivamente, sem efeito em anos anteriores. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis da Companhia estão representados substancialmente por licenças e desenvolvimentos de software e contrato de direito de reserva. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:									
			2021	2020					
Classe			Vida útil (anos)						
Direito de reserva			8 anos e 6 meses						
Marcas e patentes			10						
Softwares			5						
Direito de exploração			3						
2.8.1. Direito de reserva									
O direito de reserva compreende o direito de prestar serviços de monitoramento para veículos segurados pela Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Bradesco Seguros"). Foi adquirido pela Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. ("EABR") em 2014, pelo prazo de 10 anos. Em 28/08/2015, a EABR subscreveu e integrou o referido direito no capital social da CEABS. 2.8.2. Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A Administração pretende concluir o software e usá-lo; • O software pode ser usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software; • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. 2.9. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações faturadas por bens ou serviços adquiridos e efetivamente prestados, e as obrigações com prestadores de serviços de assistência referem-se a serviços efetivamente prestados por fornecedores no curso normal dos negócios, cujas faturas ainda não foram recebidas. As obrigações são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo); caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.10. Partes Relacionadas: Como parte de suas operações, a CEABS presta a seus acionistas serviços de monitoramento eletrônico e administração de negócios. As transações entre partes relacionadas são realizadas a valores, prazos e condições definidas entre partes, considerando assim os tipos de operação. 2.11. Provisões para demanda judicial: As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e fiscal) são reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas legislações promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e eventualmente estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais que, conjuntamente, totalizam 34%. 2.13. Capital social: O capital social é representado por 18.325.428 (dezoito milhões, trezentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e classificadas no patrimônio líquido. 2.14. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é derivada de prestação líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é									

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da CEABS Serviços S.A.																																																																																						
<p>provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, com base em suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e a especificação de cada serviço prestado. Os serviços prestados até o encerramento das demonstrações financeiras, porém não faturados, são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações financeiras. As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, as mesmas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a Administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. 2.15. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.16. Operações de arrendamento mercantil: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Grupo como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade administrativa e máquinas 3 a 15 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos 3 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.3. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 2.17. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados: A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º/01/2020 ou após essa data. A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios: As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, mas podem impactar períodos futuros caso a companhia ingressar em quaisquer combinações de negócios. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material: As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: A pronunciação revisada alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança</p>																																																																																						
<p>aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras. 2.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: - O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; - Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. 3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia, a qual também se utiliza, quando julga necessário, de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada e monitorada regularmente pela Companhia, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a Companhia contra eventuais perdas financeiras. a) Risco de mercado: i) Risco de taxa de juros: Considerando que a Companhia não tem ativos e passivos significativos em que incidam juros, os respectivos resultados e fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros da Companhia podem decorrer eventualmente de empréstimos de curto e longo prazo, dos quais são efetuados a taxas de juros praticadas pelo mercado financeiro nacional. A Companhia está exposta a riscos na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil financeiro e de cessão de direito de reserva; cujo risco não são considerados relevantes para a operação da Companhia. b) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A Companhia adotam critérios para classificação dos riscos de créditos a receber de seus clientes, sendo que o departamento financeiro avalia periodicamente a qualidade dos referidos créditos, os quais se encontram apresentados na Nota 4. c) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A seguir são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros em 31/12/2021:</p>																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Menos de 1 ano</th> <th>Entre 1 e 2 anos</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>5.281</td> <td>–</td> <td>5.281</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de clientes</td> <td>89</td> <td>10</td> <td>99</td> </tr> <tr> <td>Dividendos a pagar</td> <td>8.417</td> <td>–</td> <td>8.417</td> </tr> <tr> <td></td> <td>13.787</td> <td>10</td> <td>13.797</td> </tr> </tbody> </table>								Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total	Fornecedores	5.281	–	5.281	Adiantamento de clientes	89	10	99	Dividendos a pagar	8.417	–	8.417		13.787	10	13.797																																																												
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total																																																																																			
Fornecedores	5.281	–	5.281																																																																																			
Adiantamento de clientes	89	10	99																																																																																			
Dividendos a pagar	8.417	–	8.417																																																																																			
	13.787	10	13.797																																																																																			
<p>ii) Risco de inflação de preço: Os efeitos inflacionários que incorrem em aumentos significativos no custo dos insumos utilizados pela Cia na prestação de serviços, são recorrentemente monitorados e controlados, a fim de que seus efeitos sejam minimizados, sejam através de negociação com seus parceiros, prestadores e fornecedores, ou de reajustes nos preços dos serviços junto aos seus clientes, através das cláusulas contratuais mitigam esses efeitos e buscam o equilíbrio financeiro nas relações comerciais. 3.2. Estimativa do valor justo: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, obrigações de arrendamento mercantil, contas a pagar a fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características dos instrumentos financeiros ativo, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos estimados em 31/12/2021. O valor justo dos instrumentos financeiros passivo é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Em 31/12/2021 os valores justos dos ativos e passivos financeiros eram semelhantes àqueles reconhecidos no balanço patrimonial. 4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser mensurada mediante critério de avaliação de crédito adotado pela Companhia, e também baseados em informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:</p>																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.893</td> <td>3.672</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de partes relacionadas</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes sem histórico de perdas de crédito esperadas</td> <td>16.743</td> <td>18.310</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes com histórico de perdas de crédito esperadas</td> <td>152</td> <td>539</td> </tr> <tr> <td></td> <td>20.788</td> <td>22.521</td> </tr> <tr> <td>5. Caixa e equivalentes de caixa:</td> <td>20.788</td> <td>22.521</td> </tr> <tr> <td>Recursos em banco e em caixa</td> <td>1</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)</td> <td>25.483</td> <td>20.063</td> </tr> <tr> <td></td> <td>25.484</td> <td>20.064</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Contas a receber de clientes	3.893	3.672	Contas a receber de partes relacionadas	–	–	Contas a receber de clientes sem histórico de perdas de crédito esperadas	16.743	18.310	Contas a receber de clientes com histórico de perdas de crédito esperadas	152	539		20.788	22.521	5. Caixa e equivalentes de caixa:	20.788	22.521	Recursos em banco e em caixa	1	1	Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	25.483	20.063		25.484	20.064																																																		
	2021	2020																																																																																				
Contas a receber de clientes	3.893	3.672																																																																																				
Contas a receber de partes relacionadas	–	–																																																																																				
Contas a receber de clientes sem histórico de perdas de crédito esperadas	16.743	18.310																																																																																				
Contas a receber de clientes com histórico de perdas de crédito esperadas	152	539																																																																																				
	20.788	22.521																																																																																				
5. Caixa e equivalentes de caixa:	20.788	22.521																																																																																				
Recursos em banco e em caixa	1	1																																																																																				
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	25.483	20.063																																																																																				
	25.484	20.064																																																																																				
<p>(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e referem-se a operações compromissadas, aplicações automáticas e Certificado de Depósito Bancário (CDB), sendo a remuneração média de 103% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (102% em 2020).</p>																																																																																						
<p>6. Contas a receber de clientes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber de clientes - faturado</td> <td>2.951</td> <td>10.176</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes - a faturar</td> <td>12.522</td> <td>9.212</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas - faturado (Nota 15.a)</td> <td>5.227</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td></td> <td>240</td> <td>3.672</td> </tr> <tr> <td></td> <td>20.940</td> <td>23.060</td> </tr> <tr> <td>Perdas de crédito estimadas</td> <td>(152)</td> <td>(539)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>20.788</td> <td>22.521</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Contas a receber de clientes - faturado	2.951	10.176	Contas a receber de clientes - a faturar	12.522	9.212	Partes relacionadas - faturado (Nota 15.a)	5.227	–		240	3.672		20.940	23.060	Perdas de crédito estimadas	(152)	(539)		20.788	22.521																																																								
	2021	2020																																																																																				
Contas a receber de clientes - faturado	2.951	10.176																																																																																				
Contas a receber de clientes - a faturar	12.522	9.212																																																																																				
Partes relacionadas - faturado (Nota 15.a)	5.227	–																																																																																				
	240	3.672																																																																																				
	20.940	23.060																																																																																				
Perdas de crédito estimadas	(152)	(539)																																																																																				
	20.788	22.521																																																																																				
<p>A análise detalhada de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td>20.667</td> <td>22.195</td> </tr> <tr> <td>Vencidos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Até 30 dias</td> <td>265</td> <td>273</td> </tr> <tr> <td>De 31 a 60 dias</td> <td>3</td> <td>209</td> </tr> <tr> <td>De 61 a 90 dias</td> <td>3</td> <td>111</td> </tr> <tr> <td>De 91 a 180 dias</td> <td>2</td> <td>141</td> </tr> <tr> <td>Acima de 181 dias</td> <td>–</td> <td>131</td> </tr> <tr> <td></td> <td>20.940</td> <td>23.060</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	A vencer	20.667	22.195	Vencidos			Até 30 dias	265	273	De 31 a 60 dias	3	209	De 61 a 90 dias	3	111	De 91 a 180 dias	2	141	Acima de 181 dias	–	131		20.940	23.060																																																					
	2021	2020																																																																																				
A vencer	20.667	22.195																																																																																				
Vencidos																																																																																						
Até 30 dias	265	273																																																																																				
De 31 a 60 dias	3	209																																																																																				
De 61 a 90 dias	3	111																																																																																				
De 91 a 180 dias	2	141																																																																																				
Acima de 181 dias	–	131																																																																																				
	20.940	23.060																																																																																				
<p>A movimentação das perdas de crédito estimadas pode ser assim apresentada:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo inicial</td> <td>539</td> <td>432</td> </tr> <tr> <td>Constituição</td> <td>162</td> <td>215</td> </tr> <tr> <td>Reversões/recebimentos, líquido</td> <td>(549)</td> <td>(108)</td> </tr> <tr> <td>Saldo final</td> <td>152</td> <td>539</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Saldo inicial	539	432	Constituição	162	215	Reversões/recebimentos, líquido	(549)	(108)	Saldo final	152	539																																																																	
	2021	2020																																																																																				
Saldo inicial	539	432																																																																																				
Constituição	162	215																																																																																				
Reversões/recebimentos, líquido	(549)	(108)																																																																																				
Saldo final	152	539																																																																																				
<p>A constituição das perdas de crédito esperadas foi registrada no resultado do exercício como "outras despesas operacionais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia. 7. Estoques: O saldo de estoques compreende substancialmente peças e acessórios como chichotes, cabos e conectores utilizados para instalação de rastreadores e localizadores de carga destinados à venda:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Peças e acessórios</td> <td>823</td> <td>314</td> </tr> <tr> <td>Mercadorias para revenda</td> <td>390</td> <td>375</td> </tr> <tr> <td></td> <td>1.213</td> <td>689</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Peças e acessórios	823	314	Mercadorias para revenda	390	375		1.213	689																																																																				
	2021	2020																																																																																				
Peças e acessórios	823	314																																																																																				
Mercadorias para revenda	390	375																																																																																				
	1.213	689																																																																																				
<p>8. Imobilizado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2020</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instalações</td> <td>497</td> <td>741</td> <td>(443)</td> <td>795</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>795</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>1.919</td> <td>69</td> <td>(38)</td> <td>1.950</td> <td>7</td> <td>(12)</td> <td>1.945</td> </tr> <tr> <td>Computadores e Periféricos</td> <td>2.339</td> <td>86</td> <td>(14)</td> <td>2.411</td> <td>65</td> <td>–</td> <td>2.476</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>89</td> <td>–</td> <td>(89)</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Rastreadores</td> <td>110.161</td> <td>7.498</td> <td>(26.297)</td> <td>91.362</td> <td>15.233</td> <td>(32.606)</td> <td>73.989</td> </tr> <tr> <td></td> <td>115.005</td> <td>8.394</td> <td>(26.861)</td> <td>96.518</td> <td>15.305</td> <td>(32.616)</td> <td>79.205</td> </tr> </tbody> </table>								2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021	Instalações	497	741	(443)	795	–	–	795	Móveis e utensílios	1.919	69	(38)	1.950	7	(12)	1.945	Computadores e Periféricos	2.339	86	(14)	2.411	65	–	2.476	Veículos	89	–	(89)	–	–	–	–	Rastreadores	110.161	7.498	(26.297)	91.362	15.233	(32.606)	73.989		115.005	8.394	(26.861)	96.518	15.305	(32.616)	79.205																								
	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021																																																																															
Instalações	497	741	(443)	795	–	–	795																																																																															
Móveis e utensílios	1.919	69	(38)	1.950	7	(12)	1.945																																																																															
Computadores e Periféricos	2.339	86	(14)	2.411	65	–	2.476																																																																															
Veículos	89	–	(89)	–	–	–	–																																																																															
Rastreadores	110.161	7.498	(26.297)	91.362	15.233	(32.606)	73.989																																																																															
	115.005	8.394	(26.861)	96.518	15.305	(32.616)	79.205																																																																															
<p>Depreciação Acumulada e Perda Estimada</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2020</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instalações</td> <td>(303)</td> <td>(121)</td> <td>314</td> <td>(110)</td> <td>(162)</td> <td>–</td> <td>(272)</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>(1.066)</td> <td>(195)</td> <td>20</td> <td>(1.241)</td> <td>(189)</td> <td>6</td> <td>(1.424)</td> </tr> <tr> <td>Computadores e Periféricos</td> <td>(1.316)</td> <td>(326)</td> <td>–</td> <td>(1.642)</td> <td>(288)</td> <td>–</td> <td>(1.930)</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>(82)</td> <td>(7)</td> <td>89</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Rastreadores</td> <td>(40.911)</td> <td>(18.900)</td> <td>14.404</td> <td>(45.407)</td> <td>(14.211)</td> <td>20.638</td> <td>(38.980)</td> </tr> <tr> <td>Rastreadores - Perda Estimada</td> <td>(2.015)</td> <td>(30.897)</td> <td>27.228</td> <td>(5.684)</td> <td>(60.064)</td> <td>62.159</td> <td>(3.589)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(45.693)</td> <td>(50.446)</td> <td>42.055</td> <td>(54.084)</td> <td>(74.914)</td> <td>82.803</td> <td>(46.195)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>69.312</td> <td>(42.052)</td> <td>15.174</td> <td>42.434</td> <td>(59.609)</td> <td>50.185</td> <td>33.010</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2019</td> <td>Adições</td> <td>Baixas</td> <td>2020</td> <td>Adições</td> <td>Baixas</td> <td>2021</td> </tr> </tbody> </table>								2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021	Instalações	(303)	(121)	314	(110)	(162)	–	(272)	Móveis e utensílios	(1.066)	(195)	20	(1.241)	(189)	6	(1.424)	Computadores e Periféricos	(1.316)	(326)	–	(1.642)	(288)	–	(1.930)	Veículos	(82)	(7)	89	–	–	–	–	Rastreadores	(40.911)	(18.900)	14.404	(45.407)	(14.211)	20.638	(38.980)	Rastreadores - Perda Estimada	(2.015)	(30.897)	27.228	(5.684)	(60.064)	62.159	(3.589)		(45.693)	(50.446)	42.055	(54.084)	(74.914)	82.803	(46.195)		69.312	(42.052)	15.174	42.434	(59.609)	50.185	33.010		2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021
	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021																																																																															
Instalações	(303)	(121)	314	(110)	(162)	–	(272)																																																																															
Móveis e utensílios	(1.066)	(195)	20	(1.241)	(189)	6	(1.424)																																																																															
Computadores e Periféricos	(1.316)	(326)	–	(1.642)	(288)	–	(1.930)																																																																															
Veículos	(82)	(7)	89	–	–	–	–																																																																															
Rastreadores	(40.911)	(18.900)	14.404	(45.407)	(14.211)	20.638	(38.980)																																																																															
Rastreadores - Perda Estimada	(2.015)	(30.897)	27.228	(5.684)	(60.064)	62.159	(3.589)																																																																															
	(45.693)	(50.446)	42.055	(54.084)	(74.914)	82.803	(46.195)																																																																															
	69.312	(42.052)	15.174	42.434	(59.609)	50.185	33.010																																																																															
	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021																																																																															
<p>9. Intangível:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2020</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custo de aquisição</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direito de reserva</td> <td>13.600</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>13.600</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>13.600</td> </tr> <tr> <td>Direito de exploração</td> <td>376</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>376</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>376</td> </tr> <tr> <td>Marcas e patentes</td> <td>21</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>21</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Softwares</td> <td>18.627</td> <td>1.632</td> <td>(90)</td> <td>20.169</td> <td>884</td> <td>–</td> <td>21.053</td> </tr> <tr> <td></td> <td>32.624</td> <td>1.632</td> <td>(90)</td> <td>34.166</td> <td>884</td> <td>–</td> <td>35.050</td> </tr> </tbody> </table>								2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021	Custo de aquisição								Direito de reserva	13.600	–	–	13.600	–	–	13.600	Direito de exploração	376	–	–	376	–	–	376	Marcas e patentes	21	–	–	21	–	–	21	Softwares	18.627	1.632	(90)	20.169	884	–	21.053		32.624	1.632	(90)	34.166	884	–	35.050																								
	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021																																																																															
Custo de aquisição																																																																																						
Direito de reserva	13.600	–	–	13.600	–	–	13.600																																																																															
Direito de exploração	376	–	–	376	–	–	376																																																																															
Marcas e patentes	21	–	–	21	–	–	21																																																																															
Softwares	18.627	1.632	(90)	20.169	884	–	21.053																																																																															
	32.624	1.632	(90)	34.166	884	–	35.050																																																																															
<p>Amortização acumulada</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2020</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direito de reserva</td> <td>(6.933)</td> <td>(1.600)</td> <td>–</td> <td>(8.533)</td> <td>(1.600)</td> <td>–</td> <td>(10.133)</td> </tr> <tr> <td>Direito de exploração</td> <td>(271)</td> <td>(105)</td> <td>–</td> <td>(376)</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>(376)</td> </tr> <tr> <td>Marcas e patentes</td> <td>(3)</td> <td>(2)</td> <td>–</td> <td>(5)</td> <td>(2)</td> <td>–</td> <td>(7)</td> </tr> <tr> <td>Softwares</td> <td>(7.962)</td> <td>(3.417)</td> <td>–</td> <td>(11.379)</td> <td>(3.367)</td> <td>–</td> <td>(14.746)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(15.169)</td> <td>(5.124)</td> <td>–</td> <td>(20.293)</td> <td>(4.969)</td> <td>–</td> <td>(25.262)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>17.455</td> <td>(3.492)</td> <td>(90)</td> <td>13.873</td> <td>(4.085)</td> <td>–</td> <td>9.788</td> </tr> </tbody> </table>								2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021	Direito de reserva	(6.933)	(1.600)	–	(8.533)	(1.600)	–	(10.133)	Direito de exploração	(271)	(105)	–	(376)	–	–	(376)	Marcas e patentes	(3)	(2)	–	(5)	(2)	–	(7)	Softwares	(7.962)	(3.417)	–	(11.379)	(3.367)	–	(14.746)		(15.169)	(5.124)	–	(20.293)	(4.969)	–	(25.262)		17.455	(3.492)	(90)	13.873	(4.085)	–	9.788																								
	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021																																																																															
Direito de reserva	(6.933)	(1.600)	–	(8.533)	(1.600)	–	(10.133)																																																																															
Direito de exploração	(271)	(105)	–	(376)	–	–	(376)																																																																															
Marcas e patentes	(3)	(2)	–	(5)	(2)	–	(7)																																																																															
Softwares	(7.962)	(3.417)	–	(11.379)	(3.367)	–	(14.746)																																																																															
	(15.169)	(5.124)	–	(20.293)	(4.969)	–	(25.262)																																																																															
	17.455	(3.492)	(90)	13.873	(4.085)	–	9.788																																																																															
<p>Intangível líquido</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2019</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2020</th> <th>Adições</th> <th>Baixas</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Direito de reserva</td> <td>13.600</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>13.600</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>13.600</td> </tr> <tr> <td>Direito de exploração</td> <td>376</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>376</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>376</td> </tr> <tr> <td>Marcas e patentes</td> <td>21</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>21</td> <td>–</td> <td>–</td> <td>21</td> </tr> <tr> <td>Softwares</td> <td>18.627</td> <td>1.632</td> <td>(90)</td> <td>20.169</td> <td>884</td> <td>–</td> <td>21.053</td> </tr> <tr> <td></td> <td>32.624</td> <td>1.632</td> <td>(90)</td> <td>34.166</td> <td>884</td> <td>–</td> <td>35.050</td> </tr> </tbody> </table>								2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021	Direito de reserva	13.600	–	–	13.600	–	–	13.600	Direito de exploração	376	–	–	376	–	–	376	Marcas e patentes	21	–	–	21	–	–	21	Softwares	18.627	1.632	(90)	20.169	884	–	21.053		32.624	1.632	(90)	34.166	884	–	35.050																																
	2019	Adições	Baixas	2020	Adições	Baixas	2021																																																																															
Direito de reserva	13.600	–	–	13.600	–	–	13.600																																																																															
Direito de exploração	376	–	–	376	–	–	376																																																																															
Marcas e patentes	21	–	–	21	–	–	21																																																																															
Softwares	18.627	1.632	(90)	20.169	884	–	21.053																																																																															
	32.624	1.632	(90)	34.166	884	–	35.050																																																																															
<p>10. Ativo de Direito de Uso:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Saldo em 2020</th> <th>Aquisição/(Baixa) 2021</th> <th>Correção</th> <th>Amortização</th> <th>Saldo em 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Imóveis</td> <td>2.635</td> <td>68</td> <td>–</td> <td>(652)</td> <td>2.051</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.635</td> <td>68</td> <td>–</td> <td>(652)</td> <td>2.051</td> </tr> </tbody> </table>								Saldo em 2020	Aquisição/(Baixa) 2021	Correção	Amortização	Saldo em 2021	Imóveis	2.635	68	–	(652)	2.051	Total	2.635	68	–	(652)	2.051																																																														
	Saldo em 2020	Aquisição/(Baixa) 2021	Correção	Amortização	Saldo em 2021																																																																																	
Imóveis	2.635	68	–	(652)	2.051																																																																																	
Total	2.635	68	–	(652)	2.051																																																																																	
<p>11. Fornecedores:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores nacionais</td> <td>4.603</td> <td>4.833</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores - partes relacionadas (Nota 15 a)</td> <td>677</td> <td>568</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores estrangeiros</td> <td>1</td> <td>202</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5.281</td> <td>5.603</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Fornecedores nacionais	4.603	4.833	Fornecedores - partes relacionadas (Nota 15 a)	677	568	Fornecedores estrangeiros	1	202		5.281	5.603																																																																	
	2021	2020																																																																																				
Fornecedores nacionais	4.603	4.833																																																																																				
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 15 a)	677	568																																																																																				
Fornecedores estrangeiros	1	202																																																																																				
	5.281	5.603																																																																																				
<p>12. Arrendamento Mercantil:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até um ano</td> <td>734</td> <td>1.458</td> </tr> <tr> <td>Entre um e cinco anos</td> <td>1.762</td> <td>1.598</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.496</td> <td>3.056</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Até um ano	734	1.458	Entre um e cinco anos	1.762	1.598		2.496	3.056																																																																				
	2021	2020																																																																																				
Até um ano	734	1.458																																																																																				
Entre um e cinco anos	1.762	1.598																																																																																				
	2.496	3.056																																																																																				
<p>13. Salários, remunerações e encargos sociais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários, pró-labore e bonificações a pagar</td> <td>2.427</td> <td>1.825</td> </tr> <tr> <td>Férias a pagar</td> <td>958</td> <td>1.058</td> </tr> <tr> <td>INSS a pagar</td> <td>626</td> <td>729</td> </tr> <tr> <td>FGTS a pagar</td> <td>155</td> <td>171</td> </tr> <tr> <td></td> <td>4.166</td> <td>3.783</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Salários, pró-labore e bonificações a pagar	2.427	1.825	Férias a pagar	958	1.058	INSS a pagar	626	729	FGTS a pagar	155	171		4.166	3.783																																																														
	2021	2020																																																																																				
Salários, pró-labore e bonificações a pagar	2.427	1.825																																																																																				
Férias a pagar	958	1.058																																																																																				
INSS a pagar	626	729																																																																																				
FGTS a pagar	155	171																																																																																				
	4.166	3.783																																																																																				
<p>14. Obrigações tributárias:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Imposto de renda a pagar</td> <td>75</td> <td>79</td> </tr> <tr> <td>Contribuição social a pagar</td> <td>128</td> <td>114</td> </tr> <tr> <td>ICMS a pagar</td> <td>736</td> <td>1.427</td> </tr> <tr> <td>COFINS a pagar</td> <td>1.801</td> <td>1.472</td> </tr> <tr> <td>PIS a pagar</td> <td>391</td> <td>319</td> </tr> <tr> <td>Tributos retidos na fonte</td> <td>54</td> <td>35</td> </tr> <tr> <td>Outros tributos a pagar</td> <td>963</td> <td>83</td> </tr> <tr> <td></td> <td>4.148</td> <td>3.529</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Imposto de renda a pagar	75	79	Contribuição social a pagar	128	114	ICMS a pagar	736	1.427	COFINS a pagar	1.801	1.472	PIS a pagar	391	319	Tributos retidos na fonte	54	35	Outros tributos a pagar	963	83		4.148	3.529																																																					
	2021	2020																																																																																				
Imposto de renda a pagar	75	79																																																																																				
Contribuição social a pagar	128	114																																																																																				
ICMS a pagar	736	1.427																																																																																				
COFINS a pagar	1.801	1.472																																																																																				
PIS a pagar	391	319																																																																																				
Tributos retidos na fonte	54	35																																																																																				
Outros tributos a pagar	963	83																																																																																				
	4.148	3.529																																																																																				
<p>15. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, fiscais e cíveis, em andamento, e está discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, os valores de depósitos judiciais, provisão para demandas judiciais, bem como o montante líquido de provisões para demandas judiciais é como segue:</p>																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósitos judiciais</td> <td>309</td> <td>452</td> </tr> <tr> <td>Provisão para demandas judiciais</td> <td>17</td> <td>157</td> </tr> <tr> <td>Provisão para demandas judiciais, líquido</td> <td>188</td> <td>188</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas (i)</td> <td>309</td> <td>452</td> </tr> <tr> <td>Cíveis (ii)</td> <td>17</td> <td>157</td> </tr> <tr> <td>Fiscais (iii)</td> <td>188</td> <td>188</td> </tr> <tr> <td></td> <td>514</td> <td>697</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Depósitos judiciais	309	452	Provisão para demandas judiciais	17	157	Provisão para demandas judiciais, líquido	188	188	Trabalhistas (i)	309	452	Cíveis (ii)	17	157	Fiscais (iii)	188	188		514	697																																																								
	2021	2020																																																																																				
Depósitos judiciais	309	452																																																																																				
Provisão para demandas judiciais	17	157																																																																																				
Provisão para demandas judiciais, líquido	188	188																																																																																				
Trabalhistas (i)	309	452																																																																																				
Cíveis (ii)	17	157																																																																																				
Fiscais (iii)	188	188																																																																																				
	514	697																																																																																				
<p>(i) As provisões trabalhistas consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores relacionadas a disputas sobre o montante de compensação paga na demissão horas extras, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. (ii) As provisões cíveis consistem, principalmente, em discussões sobre cobranças indevidas, não existindo processos de valor individualmente relevante. (iii) As provisões fiscais referem-se a discussões sobre tratamento adotado na apropriação de créditos tributários sobre insumos. A movimentação da provisão no exercício de 2021, líquida dos depósitos judiciais, está demonstrada a seguir:</p>																																																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>1.147</td> <td>1.693</td> </tr> <tr> <td>Movimentação líquida</td> <td>95</td> <td>(546)</td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td>1.242</td> <td>1.147</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Saldo no início do exercício	1.147	1.693	Movimentação líquida	95	(546)	Saldo no final do exercício	1.242	1.147																																																																				
	2021	2020																																																																																				
Saldo no início do exercício	1.147	1.693																																																																																				
Movimentação líquida	95	(546)																																																																																				
Saldo no final do exercício	1.242	1.147																																																																																				
<p>A Companhia tem ações de naturezas trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída e que podem ser assim apresentados:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Trabalhistas (i)</td> <td>129</td> <td>349</td> </tr> <tr> <td>Cíveis (ii)</td> <td>125</td> <td>386</td> </tr> <tr> <td></td> <td>254</td> <td>735</td> </tr> </tbody> </table>								2021	2020	Trabalhistas (i)	129	349	Cíveis (ii)	125	386		254	735																																																																				
	2021	2020																																																																																				
Trabalhistas (i)	129	349																																																																																				
Cíveis (ii)	125	386																																																																																				
	254	735																																																																																				
<p>(i) Os processos trabalhistas tem como principal motivo a discussão de verbas indenizatórias, horas extras e reflexos, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. (ii) As ações cíveis são representadas, principalmente, pelos pedidos de reparação de danos por possíveis problemas causados nas prestações de serviço.</p>																																																																																						
<p>16. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alíquota nominal vigente</td> <td>24.245</td> <td>24.245</td> </tr> <tr> <td>Expectativa do imposto</td> <td>(6.061)</td> <td>(2.182)</td> </tr> <tr> <td>Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:</td> <td>(102)</td> <td>(37)</td> </tr> <tr> <td>Adições permanentes</td> <td>1.129</td> <td>410</td> </tr> <tr> <td>Lei do bem</td> <td>–</td> <td>1.213</td> </tr> <tr> <td>Programa de alimentação do trabalhador</td> <td>14</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Patrocínio - PRONAC - Mecenato - Doações</td> <td>280</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>2</td></tr></tbody></table>								2021	2020	Alíquota nominal vigente	24.245	24.245	Expectativa do imposto	(6.061)	(2.182)	Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:	(102)	(37)	Adições permanentes	1.129	410	Lei do bem	–	1.213	Programa de alimentação do trabalhador	14	–	Patrocínio - PRONAC - Mecenato - Doações	280	–	Outros	2																																																						
	2021	2020																																																																																				
Alíquota nominal vigente	24.245	24.245																																																																																				
Expectativa do imposto	(6.061)	(2.182)																																																																																				
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:	(102)	(37)																																																																																				
Adições permanentes	1.129	410																																																																																				
Lei do bem	–	1.213																																																																																				
Programa de alimentação do trabalhador	14	–																																																																																				
Patrocínio - PRONAC - Mecenato - Doações	280	–																																																																																				
Outros	2																																																																																					

-☆- continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da CEABS Serviços S.A.			
	2021	2020	2021	2020	
21. Outras receitas e despesas operacionais:	4.430	3.288			
Ganho na alienação de bens e direitos			(138)	(138)	
Outras	1	11	-	(9)	
Outras receitas	4.431	3.299			
Perda na desativação de bens e direitos	(9.577)	(10.215)	(286)	(1.065)	
Outras	(9)	(743)	(424)	(1.212)	
Outras despesas	(9.586)	(10.958)			
Outras receitas (despesas)	(5.155)	(7.659)			
22. Resultado financeiro:	2021	2020			
Rendimentos de aplicações financeiras	850	600			
Juros e multas de mora recebidos	67	81			
Descontos obtidos	1	59			
Receitas financeiras	918	740			
			2021	2020	
			(138)	(138)	
			-	(9)	
			(286)	(1.065)	
			(424)	(1.212)	
			(14)	(27)	
			480	(499)	

Despesas Bancárias
Descontos concedidos
Outras despesas financeiras
Despesas financeiras
Variações cambiais, líquidas
Resultado financeiro líquido

Lucro atribuível aos acionistas
Quantidade de ações no final do exercício (em R\$)
Lucro líquido básico e o diluído por ação do capital social no final do exercício
b) **Diluído:** A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações. Dessa forma, não apresenta ações ordinárias potenciais para fins de diluição. **24. Seguros:** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela

Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2021, a Companhia possui as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:
Ramos **Importâncias seguradas**
Seguro Responsabilidade Civil 9.531
Compreensivo empresarial 2.260
Não está incluso no escopo dos trabalhos de nossos auditores a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia. **25. Evento subsequente:** Não houve eventos subsequentes que, requeiramos ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2021.

Diretoria		Contador	
Newton Rosa de Queiroz - Presidente	Paulo José Santana dos Mártires - Vice Presidente	Wlamir Morales Ianez - CRC - 1SP177844/O-2	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **CEABS Serviços S.A.** - Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CEABS Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados

por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de fevereiro de 2022. **KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP-028567/F; Adriana Waleska Scavuzzi de Alencar Ielmini - Contadora - CRC 1RJ116091-O.**

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 03.303.999/0001-36 - NIRE 41 3 0001789-1

82ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022

Data e Local: Aos 21 dias do mês fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 11:00 horas, realizada na sede da Companhia situada na Avenida Dom Pedro II, nº 1.720 - Bairro Itaipira, na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná. **Presença:** Presentes os Membros do Conselho de Administração, Leonardo Petrelli Neto, Eduardo Petrelli, João Elisio Ferraz de Campos, Mônica Molina e Norton Paim Moreira, **Mesa:** Leonardo Petrelli Neto - Presidente; Mônica Molina - Secretária. **Ordem do Dia:** (I) Apreciação da proposta de renúncia do Diretor Comercial, Sr. Caled Omar Fares; (II) Aprovar a eleição, da Sra. Cristiane de Fatima Fialla, abaixo qualificada, para a vaga de **Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, conforme artigo 18, §5º, do Estatuto Social; (III) Aprovar a eleição, do Sr. Ricardo D' Epiro Coelho, abaixo qualificado, para preenchimento da vaga de Diretor Comercial e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, conforme artigo 18, §4º, do Estatuto Social; (IV) Aprovar a eleição, do Sr. João Henrique Suleiman, abaixo qualificado, para vaga de cargo de Diretoria, dentre as vagas atribuídas para diretorias sem designação específica, denominada **Diretoria de Projetos e Tecnologia** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, conforme artigo 18 do Estatuto Social; (V) Aprovar a eleição, do Sr. Ademir Marcon, abaixo qualificado, para vaga de cargo de Diretoria, dentre as vagas atribuídas para diretorias sem designação específica, denominada **Diretoria de Produção** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, conforme artigo 18 do Estatuto Social. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente do Conselho de Administração procedeu à leitura da ordem do dia e, após a discussão, os membros presentes deliberaram: (I) aceitar o pedido de renúncia do Sr. Caled Omar Fares como Diretor Comercial; (II) aprovar a eleição, da Sra. Cristiane de Fatima Fialla para a vaga de **Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, que serão aquelas do artigo 18, §5º, do Estatuto Social; (III) aprovar a eleição, do Sr. Ricardo D' Epiro Coelho para preenchimento da vaga de **Diretor Comercial** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo, que serão aquelas indicadas no artigo 18, §4º, do Estatuto Social; (IV) aprovar a eleição, do Sr. João Henrique Suleiman para vaga de **Diretor de Projetos e Tecnologia** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo como sendo (i) desenhar e conduzir os projetos vendidos a nossos clientes e (ii) gerir o departamento de tecnologia em conformidade com as atividades desenvolvidas pela companhia; (V) aprovar a eleição, do Sr. Ademir Marcon para vaga de **Diretor de Produção** e designar as atribuições inerentes ao respectivo cargo como sendo (i) garantir a produção audiovisual dos projetos e (ii) gerir os times interno e externo em conformidade com as atividades desenvolvidas pela companhia. Absteve-se o conselheiro Norton Paim Moreira, registrando entendê-la incompatível com os desafios que serão apresentados pelo mercado nos próximos 12 (doze) meses. O mandato dos diretores é de 3 anos, podendo ser reeleitos. Ficando a Diretoria assim composta: **Diretor Presidente**, Sr. Aryovaldo Mazzi Neto, brasileiro, casado, Engenheiro de Produção Mecânica, natural de Araraquara/SP, nascido em 23/10/1980, portador da Cédula de Identidade nº 287045511 SESP/SP e CPF nº 284.953.688-11, residente e domiciliado no Boulevard Paulo Zimmer, 101, apto 607-II - Beiramar - Florianópolis - SC, já empossado conforme 73ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2019. **Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores**, Sra. Cristiane de Fátima Fialla, brasileira, solteira, Contadora, natural de Campo Largo/PR, nascido em 03/03/1978, portador da Cédula de Identidade nº 6.777.385-3 SESP/PR e CPF nº 026.309.259-35, residente e domiciliado na Rua Pedro Sovierzski, 256 - Campo Largo - Paraná. A Diretora, ora eleita, toma posse neste ato. **Diretor Comercial**, Sr. Ricardo D' Epiro Coelho, brasileiro, união estável, formado em Administração, natural de Campinas - São Paulo, nascido em 11/08/1973, portador da Cédula de Identidade nº 24.155.410-X SSP/SP e CPF nº 175.533.688-81, residente e domiciliado na Rua Cabo Basílio Zequim Junior 225 Bloco 01 - Apto. 1206 - Bairro Parque Novo Mundo - São Paulo - SP. O Diretor, ora eleito, toma posse neste ato. **Diretor de Projetos e Tecnologia**, Sr. João Henrique Suleiman, brasileiro, solteiro, Engenheiro eletricitista habilitado em Engenharia de Produção, natural de São Paulo, nascido em 18/10/1993, portador da Cédula de Identidade nº 37713000-x SSP/SP e CPF nº 410.214.738 -12, residente e domiciliado em Servidão do Palmeiras 205 Apto 801 A - Itacorubi - Florianópolis - SC. O Diretor, ora eleito, toma posse neste ato. **Diretor de Produção**, Sr. Ademir Marcon, brasileiro, casado, Administrador, natural de Vacaria - RS, nascido em 28/04/1966, portador da Cédula de Identidade nº 1962662 SSP/SC e CPF nº 594.438.719-04, residente e domiciliado na Rua Djalton Antonio Cabral 183 - Agronômica - Florianópolis - SC. O Diretor, ora eleito, toma posse neste ato. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação, declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada à folha 01, 02 e 03 do livro Eletrônico de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração nº 24, escriturado na forma facultada pelo artigo 5º Inciso I da Instrução Normativa nº 65 de 31/07/97, do Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC. Curitiba, 21 de fevereiro de 2022. Presidente - **Leonardo Petrelli Neto;** Membro - **Norton Paim Moreira;** Membro - **João Elisio Ferraz de Campos;** Secretária/Membro - **Mônica Molina;** Membro - **Eduardo Petrelli.** JUCEPAR - Certifico o registro em 14/03/2022 sob nº 20221340238. Leandro Marcos Rayell Biscaia - Secretário-Geral.

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ 19.851.496/0001-35 e NIRE: 41300090785

Edital de Convocação de AGO

Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30/04/2022, às 10h, em Curitiba-PR, na Av. Candido de Abreu, n. 776 - sala 402, Centro Cívico, CEP 80530-000. Com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. II - Discutir e deliberar sobre o resultado apurado no exercício de 2021, conforme balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do respectivo exercício, bem como definir a Destinação dos Lucros apurados. Curitiba, 30/03/2022. Logos Companhia Securitizadora S.A.

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ 19.851.496/0001-35 e NIRE: 41300090785

Edital de Convocação de AGO

Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30/04/2022, às 10h, em Curitiba-PR, na Av. Candido de Abreu, n. 776 - sala 402, Centro Cívico, CEP 80530-000, cópia dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM 481/09, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Concluímos também, que cópias eletrônicas destes documentos poderão ser obtidas na página da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>). Curitiba, 30/03/2022. Logos Companhia Securitizadora S.A.

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A

CNPJ 76.506.302/0001-06 - NIRE 4130004787-1

AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 102

O Sr. Jacob Reicher, Diretor Presidente da sociedade LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de Abril de 2022, às 10:00 horas, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; 3) Ratificação da deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 13/12/2021, pela antecipação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros de exercícios anteriores e do exercício no valor de R\$45.078.903,65; 4) Deliberação sobre remuneração da Diretoria; 5) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 6) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 8) Assuntos Gerais.

AVISO
A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. A verificação dos documentos deverá seguir todas as regras específicas emanadas pelas autoridades, a respeito da pandemia do Corona Virus. Curitiba (Pr), 29 de Março de 2022. Jacob Reicher - Diretor Presidente

COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A

CNPJ. 83.187.930/0001-23 - NIRE 413000695-4

AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 57

O Sr. Isac Chami Zugman, Diretor Presidente da sociedade COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de Abril de 2022 às 11:00 horas, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; 3) Ratificação da deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 13/12/2021, pela antecipação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros de exercícios anteriores e do exercício no valor de R\$20.000.000,00; 4) Eleição da diretoria para o triênio 2022/2025; 5) Deliberação sobre remuneração da Diretoria; 6) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 8) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 9) Assuntos Gerais.

AVISO
A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. A verificação dos documentos deverá seguir todas as regras específicas emanadas pelas autoridades, a respeito da pandemia do Corona Virus. Curitiba (Pr), 29 de Março de 2022. Isac Chami Zugman - Diretor Presidente

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A

CNPJ. 78.211.701/0001-29 - NIRE 41300002304

AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 43 e ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 52

O Sr. Júlio Zugman Diretor Presidente da sociedade AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas no dia 29 de Abril de 2022, às 9:00 horas, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, para deliberarem sobre as seguintes **ORDEM DO DIA:** EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; 3) Ratificação da deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 13/12/2021, pela antecipação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros de exercícios anteriores e do exercício no valor de R\$10.040.160,64; 4) Eleição da Diretoria para o triênio 2022/2025; 5) Deliberação sobre remuneração da Diretoria; 6) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 8) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 9) Assuntos Gerais. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1) Deliberação acerca do Fundo de Reserva constituído na forma do "Acordo Entre Acionistas/Quotistas das empresas que integram o Grupo Zugman. **AVISO**
A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. A verificação dos documentos deverá seguir todas as regras específicas emanadas pelas autoridades, a respeito da pandemia do Corona Virus. Curitiba (Pr), 29 de Março de 2022. Júlio Zugman - Diretor Presidente.

PUBLICIDADE LEGAL: EDITAIS, ATAS, BALANÇOS E FATOS RELEVANTES

DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO

[/diarioinduscom](#) [diarioinduscom](#) [IC Entrevista](#) [diarioinduscom.br](#)

CORITIBA FUTEBOL S.A.

CNPJ nº 05.259.918/0001-73 NIRE: 41300020345

Edital de Convocação

Convocamos o Senhor Acionista para comparecer na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Sociedade, situada na Rua Ubaldo do Amaral, nº 63, Alto da Glória, Curitiba, Estado do Paraná, às 18 horas do dia 29 de abril de 2022, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Curitiba, 29 de março de 2022.

Juarez Moraes e Silva - Diretor Presidente

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Quatro Barras/PR, 29 de março de 2022. **Leonardo Petrelli Neto** - Presidente do Conselho de Administração.

MOINHO CURITIBANO S.A.

CNPJ 76.483.833/0001-12 - NIRE 4130004656-5

AVISO AOS ACIONISTAS

Informamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição dos mesmos, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei das Sociedades por Ações, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Curitiba/PR, 23 de março de 2022. (a) Licia Barbosa Nicolau - Diretora Geral. (28/29/30)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/03/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>

